

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CT-PB CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS -

2.^a Reunião do GT-COBANÇA

15/09/2004 -9h00 – DEPRN/ CAMPINAS – SP

Resumo

Membros presentes	
SERHS/ Coordenador	Luiz Roberto Moretti
SORIDEMA	Giuliano Marcon (T)
ANA	Patrick T. Thomas
ABCON - S	Enio Antonio Campana (S)
SAA/ IAC	Flávio A Bussmeyer
P. M. Americana - T	Rumoaldo J. Kokol (T)
	Paulo L. C. Filho (S)
CIESP/Limeira	Antonio Dias da Silva
ASSEMAE	Adriana A R. Isenburg (T)
Consórcio PCJ	Sérgio Razera (T)
	Francisco C.C. Lahóz (S)
SABESP – T	Sérgio Antonio da Silva
Coopersucar	André Elia Neto
CETESB	Eneida M.M. Zanela (T)
	Márcia Novaes Ferreira (S)

Membros Ausentes sem justificativa
IGAM-MG
P.M. Extrema

Convidados	
SERHS	Michele Consolmagno
AEAA Reg.Bragantina	João Roberto Miranda
SHS	Raphael
Consórcio PCJ	Dalto F. Brochi
	Roberto Moraes Padula
CETESB	
ÚNICA	Eduardo L. Paschoalotti
DAEE/SE Comitês PCJ	Patrícia G. A Barufaldi

(T) titular

(S) Suplente

1. **Avaliação das 2 Oficinas realizadas em 24/08/2004 (SANASA-Campinas) e 14/09/2004 (Barragem Jaguari-Vargem):** Os membros do GT-Cobrança e demais convidados, durante a 2.^a reunião apresentaram os aspectos positivos e os negativos das oficinas realizadas em 24/08/2004, na SANASA/ Campinas) e em 14/09/2004, no Anfiteatro da Barragem do Jaguari, em Vargem – SP, conforme segue:

a) **Aspectos Positivos:**

- As experiências de cobranças em outros Comitês de Bacias;
- Subsídios adquiridos para formalização de propostas;
- Disposição de pagar pela cobrança;
- Discussão ampla para maior conhecimento;
- Divulgação;
- Participação;
- Evolução discreta na legislação quanto ao contingenciamento dos recursos da cobrança pelo uso da água;
- A ANA demonstrou empenho em propiciar condições para viabilizar a cobrança nas Bacias PCJ;
- Oportunidade para conhecimento de outras experiências;
- Ampliação do conhecimento para tomada de decisão;
- Metodologia de cálculo para cobrança;
- Divulgação de experiências existentes;
- Comparecimento das partes interessadas;
- Discussão aberta;
- Cobrança imediata, * recursos para obras – prioritária para os Comitês;
- Conscientização da necessidade da cobrança;
- Abrangências dos Temas;
- Construção de novo caminho;
- Vontade política da ANA em resolver x Emperramento nível Estadual;
- Palestrantes e Debatedores foram claros no assunto, subsidiando as pessoas a contento;
- Grande interesse sobre a cobrança dos setores envolvidos (Interesse em resolver);

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CT-PB CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS -
2.ª Reunião do GT-COBrança
15/09/2004 -9h00 – DEPRN/ CAMPINAS – SP

- Temas e Palestrantes;
- Desenvolvimento;
- Instalações das reuniões;
- Grande esclarecimento de vários assuntos;
- Informações importantes;
- Palestrantes com posturas diversas;
- Conhecimento do assunto defendido;
- Conhecimento processo CEIVAP;
- Conhecimento posição da ANA;
- Esclarecimentos das etapas para implementação da cobrança;
- A posição clara e ativa dos Órgãos Federais em relação a cobrança;
- Consciência das dificuldades e riscos envolvidos na questão da cobrança;
- Pertinência dos Temas;
- Disposição do Governo Federal;
- Conceito de Auto Alimentação Financeira;
- Não implantação da cobrança nas condições atuais;
- O CBH tem estrutura financeira e muito trabalho a ser desenvolvido com pleno funcionamento, sem a cobrança;
- Nivelamento de informações;
- Resolução de dúvidas;
- Aproximação Governo e Sociedade;
- Excelentes Reuniões: Ótimos Temas;
- Ordenamento imposto pela ANA é importante no País como um todo.

Entre os aspectos positivos levantados pelo Grupo, foram selecionados mais relevantes:

- a escolha dos palestrantes;
- os temas trouxeram grande conhecimento e nivelamento de informações;
- o esforço do Governo federal e a vontade política para se resolver o assunto; e
- a maioria está disposta a pagar e conscientes de que a cobrança é necessária.

b) Aspectos Negativos:

- (Prolixo) Longas exposições de idéias;
- Modelo da ANA, ainda não nos deixa seguros (Ato do repasse do Recurso);
- Fica a impressão de que, apesar do nosso esforço, a última palavra vem da ANA;
- Confusão legislativa;
- Informações conflitantes;
- Interesses conflitantes ANA x PCJ;
- Atribuição de obrigação - “dúvida” em implantar a cobrança “já” (Por parte de alguns palestrantes);
- Poucas perguntas realmente objetivas. “Sotranção” do Plenário;
- Dúvidas continuam;
- Preocupação com a efetivação da cobrança continua;
- Conhecimento da atual fragilidade do processo;
- Ainda intriga o fato do Recurso “viajar”, mesmo contabilmente para o Governo Federal e respectivo retorno à Bacia Hidrográfica;
- Usuário sustentará saneamento? Faltam mecanismos para o Estado;
- Poluição com peso pequeno (fórmula da Cobrança CEIVAP);
- CEIVAP -- “pagar para poluir” X “pagar para usar”;
- Tempo limitado para verticalização dos Temas – aprofundamento;

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CT-PB CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS -

2.^a Reunião do GT-COBrança

15/09/2004 -9h00 – DEPRN/ CAMPINAS – SP

- Divergência na Fórmula Cobrança;
- Não dispomos dos impactos atuais no Setor Produtivo;
- Falta ordenamento jurídico;
- Contingenciamento;
- Faltou a visão dos usuários – experiência da Bacia do Paraíba (CEIVAP);
- Desconfiança sobre a passagem dos Recursos pelo Cofre do Governo Federal;
- Incerteza frente ao retorno e falta de IZONOMIA (não há cobrança em rios Estaduais);
- Falhas na parte institucional;
- A posição tímida e embrionária dos Governos Estaduais;
- Apresentação do Projeto SP: Insuficiente;
- Faltou opinião dos usuários do CEIPAV;
- Falta de garantias de outros investimentos;
- Falta de capacidade institucional para a cobrança e retorno financeiro;
- Faltou Ofício da ANA declarando (oficializando), sua posição quanto ao contingenciamento dos Recursos Financeiros (inclusive os 7,5%);
- Faltou uma Reunião conjunta com o GT-Agência;
- Faltou discussão aberta entre Presidente ANA e PCJ, para deixar, perante todos, cada questão bem clara;
- Há dúvidas quanto ao destino total dos recursos;
- Período curto para obtenção de maiores informações;
- Há dúvidas à respeito de como e quando implementar a cobrança.

Dentre os aspectos negativos apontados, foram selecionados os mais relevantes:

- as dúvidas continuam;
- incerteza quanto ao retorno dos recursos, por falta de confiança no Fluxo Financeiro;
- tempo limitado para abordagem dos temas;
- faltou manifestação do setor “usuários” do CEIVAP; e
- falta de vontade política do Governo Estadual.

2. **Próximos Passos:** Na seqüência da reunião, os participantes levantaram quais seriam os próximos passos, ou temas que ainda necessitariam de maiores esclarecimentos em novos encontros:

- Como prosseguir na implementação da cobrança dadas as dúvidas existentes; e
- Discussão de um plano de trabalho para implementação da cobrança no PCJ.

Foram propostos os seguintes aspectos como sendo a seqüência de atividades futuras do GT-Cobrança:

Primeira ETAPA:

- Há necessidade de se definir a posição do GT-Cobrança sobre a implantação da cobrança pelo uso da água, que passa por definições do tipo: implanta a cobrança só no Rio Federal? Espera a aprovação da Lei Estadual para cobrar? Fazemos um Mix (cobra no Rio Federal e faz um acordo regional para o rio Estadual)?;
- Decisão se queremos (Comitês PCJ), ou não, a cobrança, para não perdermos tempo com discussões de fórmulas, valores, etc. e depois ficarmos em dúvida se implanta ou não a cobrança;
- Avaliar a possibilidade de se implantar uma cobrança por um Acordo Regional com a participação de todos os setores envolvidos. (Pagamento por adesão para uma conta da Região)
- Discutir a garantia de retorno dos recursos para as bacias PCJ.

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CT-PB CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS -
2.ª Reunião do GT-COBrança
15/09/2004 -9h00 – DEPRN/ CAMPINAS – SP

Segunda ETAPA (se houver decisão favorável à cobrança):

- Estudar impactos da cobrança no setor produtivo de acordo com a Lei Paulista (R\$ 0,01/ m³). (Estudos CNEC, atualizados);
- Metodologia da cobrança em SP (específica?):
 - Estrutura para a cobrança em SP;
 - Estudo de impacto financeiro nos Serviços de Água;
 - Apresentação desse Estudo aos setores específicos.
- Discutir os critérios da cobrança;
- As fontes orçamentárias estão definidas, a cobrança, nos rios federais, pode iniciar a qualquer momento, assim, devemos caminhar no estabelecimento de como e quanto deveremos pagar e na regulamentação disso pelo Comitê. No momento em que as incertezas forem solucionadas, iniciaremos a cobrança;
- Tema para o próximo Encontro:
 - Questão financeira, ou seja, qual a estimativa da nossa necessidade de investimento e a nossa capacidade de arrecadação com a cobrança e a possibilidade de novas fontes de financiamento.

3. **Pauta para próxima Reunião:** Decidiu-se que na próxima reunião do GT-Cobrança, no dia 28/09/2004, na RIPASA ou CIESP/Limeira, serão discutidas as alternativas abaixo:

- Não cobra;
- Cobrar só em rio Federal;
- Cobrar nos rios Federais, mais fazer “Acordo” para cobrança nos rios Estaduais (até que se aprove a Lei);
- Somente Acordo Condominial;

Para todas as alternativas serão analisados os seguintes aspectos:

- O que necessita para implantar.
- Aspectos Positivos.
- Aspectos Negativos.

Abaixo estão apresentadas considerações feitas por membros e convidados presentes à reunião, que não chegaram a ser debatidas:

- Discutir uma forma do Estado de SP sair na frente da ANA;
- Debate de um Subgrupo com a Presidência e Secretaria Executiva do Comitê sobre o Tema: Resgate e Subsídio à Presidência;
- Enquanto adiantamos a discussão com respeito à metodologia da cobrança e efetuamos cadastramento dos usuários, façamos lobby junto aos congressistas para alteração da Lei (Prioritariamente – Exclusivamente);
- As regras estão definidas para Governo Federal, cabe a nós jogarmos de acordo com elas, (e tiramos o máximo proveito);
- Integração rápida dos GTs – Cobrança e Agência para definição da figura jurídica da Agência a ser implantada.
- Discutir as fontes governamentais para os Recursos Hídricos (Garantias da não substituição pela cobrança) – Caráter educativo da cobrança.

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo e Coordenação do GT-Cobrança